

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS



SESSÃO DE JUNHO

ATA N.º 4/2025



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Ata n.º 04/2025

1. Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e cinco, no Salão da Junta de Freguesia de Landeira, teve lugar uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 21 horas e 02 minutos, tendo estado presentes os seguintes membros: Hermínia Maria Viegas Henriques, Aníbal José Serelha Lopes da Silva, Ana Sofia Martins Vaz Rebelo, João Pedro Jorge Martins, Marisa Isabel de Sousa Trigueirão, Daniel dos Santos Cardoso, Maria Clara Cardoso Pereira, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim, Sandra Maria Patuleia Grilo (PS), Maria Manuela Alminha Passão Moura, João Carlos de Carvalho Branco Perdigão Marquês, António Manuel Louro Prata, Sónia Isabel Matias de Carvalho Grulha, Tomás Maria de Sousa Cardoso Marques (PPD/PSD.CDS/PP), Maria João A. B. de Almeida e Silva Luz, José Manuel Batista Leitão e Orlando António das Neves Dias (PCP-PEV).
2. A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara Municipal, Valentino Cunha, pela Vice-Presidente da Câmara Municipal, Susana Gonçalves, pelos Vereadores, Luís Matias e Tiago Aldeias.
3. A **Presidente da Assembleia Municipal**, saudou todos os presentes na Assembleia Municipal, o público presente, todos os Vendasnovenses que estavam a ver através do Facebook do Município, agradeceu à Presidente da Junta de Freguesia da Landeira, Sandra Grilo, e na sua pessoa executiva, a cedência do Salão, para realização da Sessão da Assembleia Municipal e aos funcionários que estavam a dar apoio à Assembleia.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

4. Foi apresentado para votação pela **Presidente da Assembleia Municipal** o **Projeto de Ata n.º 03/2025**, referente à sessão realizada no dia 29 de abril de 2025.
5. Não havendo intervenções, o documento foi posto a votação, tendo sido **aprovado, por unanimidade, o projeto de ata n.º 03/2025**, referente à sessão realizada no dia 29 de abril de 2025.
6. Não participaram na discussão e votação os Membros Marisa Trigueirão, Manuela Moura e Maria João Luz, por não terem estado presente na sessão em causa.
7. A **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à Bancada do PPD/PSD.CDS/PP que apresentasse a Moção.
8. Foi apresentado pelo **Membro António Prata**, em representação da Bancada PPD/PSD.CDS/PP a **Recomendação "Limpeza de terrenos". (Anexo 37/25)**
9. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
10. O **Membro José Leitão**, mencionou que vão votar favoravelmente a Moção referente à limpeza dos terrenos e, refere que já tinham apresentado uma referência a essa questão na última Assembleia de Freguesia que ocorreu na Landeira, de recomendação à Câmara, para saber o que é que se passava, por nada estar limpo, ou pouco está limpo, e nomeadamente, para agravar, os terrenos municipais não estão.
11. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovada, por maioria**, com 8 votos a favor (5 do PPD/PSD.CDS-PP e 3 do PCP-PEV) e 9 abstenções (PS), a **Recomendação "Limpeza de terrenos"**.

12. A **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à Bancada do PCP-PEV que apresentasse a Moção.
13. Foi apresentada pelo **Membro José Leitão**, em representação da Bancada PCP-PEV a **Moção "Pela extensão do prazo de execução das operações financiadas do PRR". (Anexo 38/25)**
14. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
15. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por **maioria**, com 12 votos a favor (9 do PS e 3 do PCP-PEV) e 5 votos contra (PPD/PSD.CDS-PP), a **Moção "Pela extensão do prazo de execução das operações financiadas do PRR"**.
16. A **Membro Sónia Grulha**, apresentou uma declaração de voto da Bancada do PPD/PSD.CDS-PP proferindo:
17. "A Bancada do PSD não votou contra uma prorrogação do prazo para a execução do PRR, vota sim contra o formato sugerido pela CDU, em linha com a proposta apresentada pelo deputado do PCP no Parlamento Europeu, tal como foi votado pelos deputados do PPE do Parlamento Europeu que aprovaram uma resolução que depende de um prolongamento do prazo de execução de projetos maduros do PRR por 18 meses e rejeitaram uma extinção geral de 2 anos por ser demasiado abrangente sem critérios objetivos".
18. O **Membro José Leitão**, apresentou uma declaração de voto da Bancada do PCP-PEV proferindo:
19. "É só para dizer que já se nota que o PS não está no Governo".

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.º ponto – Proposta de nomeação do Auditor Externo do Município de Vendas Novas para o exercício económico de 2025

20. A **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 1.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.
21. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.
22. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por **unanimidade**, **aprovar a proposta de nomeação de "Teles, Santinho & Associado, SROC, Lda." como Auditor Externo do Município de Vendas Novas para o exercício económico de 2025.**

2.º ponto – 2.ª Alteração Modificativa (Revisão) ao Orçamento, PPI e PAM de 2025

23. A **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 2.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.

24. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.
25. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por **maioria**, com 9 votos a favor (PS) e 8 abstenções (5 do PPD/PSD.CDS-PP e 3 do PCP-PEV), **aprovar a 2.ª Alteração Modificativa (Revisão) ao Orçamento, PPI e PAM de 2025.**

3.º ponto – Proposta de aprovação da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) de Vendas Novas

26. A **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 3.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.
27. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.
28. O **Membro Tomás Marques**, mencionou que a ORU é uma política pública que tem bastante mérito, não só dá benefícios aos proprietários e permite recuperar o edificado já existente em Vendas Novas, como aumenta a segurança de quem circula na via e melhora em geral aquele que é o espaço público em Vendas Novas.
29. E nessa política pública achou bastante relevante, o aspeto ambiental, por recuperar o que já existe, em termos ambientais, do que construir novo.
30. Referiu que numa altura em que se discute um problema tão grave como o da habitação no país, tudo o que são políticas públicas que podem ajudar a ter mais casas disponíveis no mercado e casas com mais dignidade para as pessoas viverem, são sempre políticas que merecem a aprovação.
31. Mencionou que, o mais importante nesse tipo de políticas, é a sua divulgação, não sendo só importante que os proprietários tenham esse benefício, mas que acima de tudo saibam que os têm, devendo a Câmara ser um veículo de informação de explicar aos proprietários que têm propriedades dentro da ARU, do que é que beneficiam quando estão a realizar obras nas suas propriedades.
32. Questiona o Presidente o que é que a Câmara tem pensado nesta etapa, que consideram que é tão relevante, como a aprovação da própria ORU?
33. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclareceu que como em qualquer documento estratégico e de benefício de incentivo para a participação da população, tem o objetivo de divulgar, como tem feito com a ARU, lembrando que o documento resulta de uma área de reutilização urbana que tem vindo a ser aprovada há vários anos.
34. Este documento permite que a ARU se mantenha vigente durante um prazo máximo de 15 anos, sem necessidade de novas alterações ou aprovações.
35. Mencionou que o objetivo é procurar que o maior número de pessoas possa aceder aos benefícios, para que possam ter alguma folga financeira adicional para a reabilitação do património, que no contexto se presume que seja um património devoluto, ou em ruínas, ou com algum grau elevado de necessidade de manutenção e de obras.
36. Referiu que a ORU também enquadra um conjunto de intervenções estratégicas e prioritárias e importantes na sua área de abrangência. Muitas das quais, estão a ser objeto de projetos, quer públicos, quer privados, de intervenção e havendo naturalmente, conta disso e nota pública dos mesmos.
37. Referiu, por exemplo, toda a intervenção que está a ser preparada a nível privado para a reabilitação da moagem e transformação num complexo habitacional, que está na



ORU como uma unidade de intervenção prioritária, dois projetos de loteamento que estão a ser desenvolvidos a nível privado, no centro da cidade, junto à Rua Joaquim Mendonça, que estão identificados na ARU como unidades de intervenção estratégicas, o loteamento de São Domingo Sávio, que está numa fase final de projeto, que contam aprovar nas próximas semanas.

38. Mencionou que muitos destes locais são áreas expectantes, áreas que, pela sua dimensão, são inseridas numa zona consolidada da cidade, necessitam ou podem ter um potencial habitacional relevante, habitacional e comercial, tendo em conta a estratégia que está prevista na ORU de criar várias centralidades urbanas na cidade, e nesse sentido também tem de articular com os privados, não só os privados que têm as pequenas propriedades ou as pequenas moradias dentro desta área de reabilitação urbana, mas os privados que são proprietários destas áreas expectantes.
39. Referiu que tem feito esse trabalho, procurado contactar alguns proprietários com terrenos grandes no centro da cidade, dar alguma atenção diferenciada, tendo em conta o potencial e a envergadura dos potenciais investimentos que essas áreas podem acolher, sendo um trabalho que é feito tanto do nível ativo por parte dos proprietários, como também a Câmara Municipal procura incentivar e ir atrás destes proprietários para que não tenham os terrenos simplesmente a existir, quando o seu potencial, e face à pressão habitacional que existe em Vendas Novas, é elevado para benefício da cidade.
40. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por **unanimidade**, aprovar a **Operação de Reabilitação Urbana (ORU) de Vendas Novas**.

4.º ponto – Informação da Atividade Municipal.

41. A **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 4.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.
42. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.
43. O **Membro João Perdigão**, questionou em que situação se encontra a experiência daquilo que o Presidente da Câmara Municipal apelidou ou chamou de jardins de polinização.
44. Mencionou que a Bancada em abril de 2018 fez uma recomendação à Assembleia sobre a criação de Julgados de Paz e estado a pouco mais de dois a três meses de se finalizar mais um Mandato cuja execução continua a ser socialista, questionou em que situação que se encontra o ponto de situação do Julgado de Paz na medida em que o Executivo, de há sete anos a esta parte, procurou criar um julgado que divergiu daquilo que foi a proposta do PPD/PSD.CDS-PP e que não traria praticamente custos nenhuns para o Município.
45. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclareceu que os jardins de polinização continuam a ser objetivo ao nível da intervenção na flora dos espaços verdes do Município. Iniciaram o procedimento de verificação de algumas espécies que pudessem ser colocadas, tem um ou outro projeto mais concreto de requalificação paisagista que recorrerá a espécies autóctones com baixo consumo de água e que está para orçamentação, para se poder avançar caso haja essa possibilidade.
46. Mencionou que o tipo de intervenção que é necessário nos jardins para efetivar o projeto tem alguma escala, tendo em conta que tem de fazer alguma remoção de relvado para a colocação e plantação dessas espécies, algumas intervenções na rega, algumas adubagens e, naturalmente, não sendo esta a altura do ano em que isso se

fará, mas em termos estratégicos, seria algo muito importante para se ter em algumas zonas da cidade e do Conselho, ao nível de espaços verdes.

47. No que diz respeito aos Julgado de Paz, esclareceu que o projeto é coordenado pela CIMAC. Tiveram visita da Direção-Geral de Recursos da Justiça a três espaços em Vendas Novas, um deles para ser uma sede temporária, até haver as obras num dos espaços prioritários, sendo que a Direção-Geral não concordou com nenhum dos espaços que apresentaram.
48. Referiu que ainda não tiveram um novo feedback, ainda na vigência da anterior Tutela, portanto há dois Governos atrás, entretanto não tiveram nova interação por parte da Tutela sobre esse assunto, nomeadamente a adequação dos edifícios ao Julgado de Paz. Muitas das exigências feitas pela Tutela impediam uma utilização eficiente do espaço, nomeadamente, ter-se enquanto Câmara Municipal, serviços municipais nesse espaço ou ter algum tipo de utilização municipal, nem que fosse em termos de arquivo.
49. As exigências ao nível de número de salas, a necessidade de as salas não terem qualquer contacto com outros serviços públicos, coloca muitas entraves a que se tenha um edifício já existente adequado a esse fim.
50. Foram todas estas questões que colocaram muito concretamente à Direção-Geral quando fizeram a visita. Foram visitar os espaços que identificaram com potenciais, nenhum deles património do Município e foi-lhes dito no local que não achavam adequado aquele tipo de espaços, mesmo com obras de requalificação.
51. Mencionou que estão também no âmbito da CIMAC a ver qual é o passo que se pretende dar, tendo em conta que não se voltou a discutir com a atual Tutela esse assunto.
52. O **Membro José Leitão**, questionou para quando está prevista a construção do depósito de água dos Nicolaus com vista ao reforço do abastecimento de Landeira, que inclui Landeira e Nicolaus.
53. Em relação às dívidas da Câmara Municipal mencionou que assistem nas dívidas a trinta dias, a um aumento de duzentos e cinquenta mil euros em relação à última Assembleia Municipal, questionando qual a razão.
54. Referiu que fizeram à Câmara Municipal um pedido sobre o número de processos pendentes nas obras particulares tendo feito contas desde novembro de 2022 a junho de 2025 com os documentos que vai guardando em casa da Informação da Assembleia Municipal individualizando o valor dos mesmos.
55. O **Membro Tomás Marques**, questionou o que foi feito em relação aos jardins de polinização.
56. Em relação à loja do cidadão questionou em que ponto se encontra o processo e se já existe perspetiva de abertura da Loja do Cidadão.
57. O **Presidente da Câmara Municipal**, mencionou quanto ao depósito de água dos Nicolaus tem de pesquisar nos documentos qual o prazo que a AGDA deu.
58. Referiu que é uma conversa que tem feito o reforço, tanto do abastecimento de água na Landeira, como do saneamento, especialmente por se estar a falar ativamente e regularmente, de haver um PIP aprovado, de se ter um loteamento na Landeira. E, portanto, não querendo correr atrás do prejuízo nos investimentos que a AGDA tem para o Conselho, a parte de Landeira, reforço de abastecimento e reforço de saneamento são altamente prioritários e, nesse sentido, isso foi cabalmente dito à AGDA numa reunião que tiveram este ano e onde abordaram a questão do loteamento e da carga que isso terá tanto ao nível do saneamento como ao nível do abastecimento.

59. Mencionou que a dívida da Câmara Municipal não é motivo de preocupação, está dentro do prazo habitual de 30 dias. Trata-se apenas de questões momentâneas de tesouraria, não de pagamentos em atraso. A origem de valores mais elevados em dívida será esclarecida assim que possível, uma vez que o chefe de divisão está ausente. Os fornecedores normalmente concedem 30 dias para o pagamento das faturas, por isso está tudo dentro do esperado.
60. Nos processos urbanísticos pendentes, mencionou que não consegue confirmar os valores, havendo novos conceitos, tendo em conta a nova legislação. Muitos dos processos que iam, antigamente, a reunião de Câmara, já não o vão por serem comunicações prévias.
61. Referiu que na comunicação prévia, não passam licenças de habitação, ou de utilização, passam respostas. E, em alguns casos das comunicações prévias, os requerentes podem pedir a autoliquidação das taxas e, nesse contexto, passam as taxas que devem e o pagamento das taxas consubstancia a autorização do Município para essa operação urbanística.
62. Para uma informação mais fidedigna do que está pendente ou não, sugere, uma reunião com os serviços, com a chefe de divisão, para falar abertamente das várias questões que estão em cada um dos processos, quais os processos que podem estar ou não mais atrasados e a eventual razão para essa causa, porque, muitas vezes, os números escondem tudo o que está para trás e escondem o facto de estarem a oficiar os requerentes três, quatro, cinco vezes para corrigirem a mesma coisa.
63. E, por isso, também não haverá processos indeferidos, porque, embora a Câmara Municipal possa indeferir ao fim do primeiro ofício, não o está a fazer também para salvaguarda dos interesses dos requerentes. E, nesse sentido, estão a não aplicar essa prerrogativa da lei, de fazer o indeferimento ao fim do primeiro ofício, porque, de acordo com a nova legislação, só podem oficiar uma vez e estão a repetir, em muitos casos, ofícios sobre os mesmos assuntos. Sugere, de acordo com a disponibilidade da CDU, que se fizesse uma reunião com a divisão para falarem mais concretamente sobre esses processos.
64. Mencionou que à semelhança do procedimento adotado com o PSD, ocorreu uma reunião com os vereadores, na qual foram abordados os processos pendentes e o funcionamento da respetiva divisão. No caso de o Membro Tomás não dispor da informação partilhada nessa reunião, sugere-se que proceda à sua verificação junto dos representantes que estiveram presentes. A referida reunião teve lugar após uma sessão da Câmara Municipal, presumivelmente numa sexta-feira, sendo possível confirmar a data exata, caso tal se revele necessário.
65. No que diz respeito à Loja de Cidadão, mencionou que na última reunião de Câmara falaram que houve três procedimentos concursais, dois deles não houve concorrentes, e no último, o concorrente não tinha os alvarás necessários para executar uma obra daquele valor financeiro.
66. No seguimento da Moção da CDU apresentada no período antes de ordem do dia, o de se estar com um prazo de PRR completamente incomportável para executar muitos dos projetos não só a Câmara Municipal de Vendas Novas, mas outras câmaras municipais e outras entidades públicas defrontam, e nesta circunstância pediram ao IRU que dissesse que próximos passos é que aconselhavam a dar, porque estar numa fase em que cada vez mais é impossível alguém aceitar fazer uma obra com um prazo que lhes é imposto, que é o prazo do fim do PRR, e as empresas de construção civil com grande envergadura têm muitas obras, não têm capacidade de meios humanos para fazer a intervenção num curto espaço de tempo, e se não houver uma prorrogação do PRR ou

se não houver um meio, uma fonte de financiamento alternativa para este projeto, não sabe como é que será possível executá-lo.

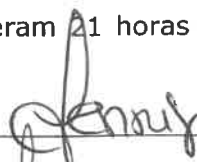
67. Mencionou que tem estado em articulação com o IRU e qualquer que seja a decisão que tomarem, será uma decisão articulada com o IRU e será uma decisão que não irá impor ao Orçamento Municipal custos adicionais, e isso é a principal preocupação, que o projeto não sobrecarregue o Orçamento Municipal, tendo em conta que é um projeto financiado e que querem que se mantenha esse nível de financiamento que está previsto, mas se o PRR não for prorrogado, uma outra forma de financiamento terá de existir.
68. O **Membro José Leitão**, reiterou a sua posição, já anteriormente expressa desde a entrada do PS na Câmara, relativamente à insuficiente qualidade da informação prestada à Assembleia Municipal e a intervenção do Sr. Presidente veio, de certa forma, reconhecer esta lacuna.
69. Destacou que a recente nomeação de uma chefe de divisão poderá contribuir para uma melhor coordenação do serviço, especialmente numa área sensível como a das obras particulares, permitindo o fornecimento de informação mais clara e rigorosa.
70. Sublinhou ainda que o envio adequado da informação solicitada à Assembleia não representa um esforço excessivo, sendo possível responder de forma correta e objetiva. Apesar de se verificar uma melhoria na qualidade e quantidade da informação recentemente recebida, considera-se que esta ainda é insuficiente para uma avaliação precisa e imparcial do trabalho da Câmara Municipal.
71. O **Membro João Perdigão**, mencionou que não é propriamente uma intervenção do ponto de vista de uma questão mas uma defesa da Bancada e recorda ao Presidente de Câmara sendo o Órgão fiscalizador, tem que responder às perguntas que os Deputados Municipais façam, sejam de que Bancada for, as respostas devem ser dadas em função daquilo que é perguntado, não em função daquilo que acha que devem ou não saber por A, B ou C. Referiu que o papel enquanto Presidente de Câmara é esclarecer os Membros que foram eleitos e que representam o povo de todas as Bancadas até pode ser da Bancada que suporta o Executivo, mas não devendo no seu entender, responder que não foi informado, não sabe, não está ou conhecido, ou não esteve cá na Assembleia tal, portanto o Presidente deve responder àquilo que lhe perguntam, sendo nesse sentido a minha intervenção, uma defesa da Bancada face à resposta dada a uma questão levantada pelo meu companheiro Tomás.
72. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclareceu alguns assuntos que, entretanto, identificou, no dia 30 de maio informara a AGDA que deveria ser dada a prioridade aos investimentos na Landeira, prioridade máxima tendo em conta o investimento habitacional que está a ser articulado com os privados.
73. Informou que a reunião que tiveram com o PSD foi no dia 16 de maio, sobre o assunto dos processos urbanísticos e reitera novamente a disponibilidade da CDU de ter a reunião, mas explicar que às vezes os números que são apresentados são aqueles que são apurados, mas basta ver as reuniões de Câmara e aquilo que vai sendo aprovado, fora aquilo que é de despacho seu, tendo em conta a legislação, para verificar que há muitos processos que parecem coisas pequeninas, mas são coisas que têm a sua exigência e tem o dever e a obrigação de fazer a fiscalização antes da aprovação.
74. Reiterou mais uma vez a disponibilidade total para ter uma reunião mais explicativa do assunto.
75. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

76. O **Munícipe Marco Silva**, questionou se em relação a uma tenda ou barraca que se encontra montada no Bairro General Vasco Gonçalves, continua montada pelo menos há seis meses, se há alguma novidade sobre o assunto.
77. O **Munícipe Jorge Alcobia Pereira**, congratula a Moção apresentada pelo PPD/PSD.CDS-PP, referindo que além da Moção é necessária ação e o que há vários meses que Vendas Novas é um risco de incêndio tremendo. Sabendo o que está a falar, por ter sido comandante dos bombeiros na Força Aérea, garante que é um barril de pólvora em que a população está assente.
78. Congratula-se também de ver que a Vice-Presidente teve uma reunião com Proteção Civil, mas a verdade é que as ervas continuam todas por cortar, havendo perigos de ignição enormes, pelo que questiona o que está previsto para Câmara resolver o problema o mais rapidamente possíveis antes que algo arda.
79. O **Munícipe João Sá**, dá os parabéns a Associação de Jovens de Landeira, pelo atleta que foi premiado com o terceiro lugar a nível nacional.
80. Mencionou que há uns meses atrás chamou a atenção da vala dos ciganos, que ainda não tinha sido feita a prevenção de incêndios e este ano já foi feita pela Junta de Freguesia de Landeira, derivada à proximidade das habitações, era um perigo.
81. Questionou se a lei que obriga os proprietários a limpar os terrenos, também se aplica às autarquias, porque vai de Landeira para Vendas Novas ou pela estrada municipal que vai para Cabrela e repara que a limpeza das bermas da estrada para a prevenção de incêndios ainda não foi feita.
82. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclareceu que relativamente à tenda do Bairro General Vasco Gonçalves foi reportado o assunto à GNR, a resolução está a cabo destas entidades ou das entidades judiciais, tendo em conta que é algo que a sua remoção coerciva não é competência do Município.
83. No que diz respeito à questão de faixas de combustível e limpeza de terrenos, mencionou que já está iniciado a prestação de serviços para a manutenção dessas faixas de gestão de combustível. Sendo um procedimento que já lançaram há algum tempo, mas tendo em conta o volume de câmaras municipais a solicitar esses serviços às poucas empresas especializadas, acaba por haver um pico de trabalho em que as próprias empresas não conseguem dar vazão e foi-lhes dito isso abertamente pela empresa que não conseguiria no prazo legal, fazer essa manutenção.
84. Ainda assim, ela está a ser feita, não podendo fazê-la demasiado cedo porque depois voltam a nascer as ervas nas bermas das estradas e, portanto, nesta fase, tem infelizmente de se sujeitar um bocadinho às condições que o mercado impõe.
85. No que diz respeito à Associação dos Jovens de Landeira, mencionou que articulam muito proximamente com as coletividades, sendo o objetivo fazer as homenagens na Câmara Municipal no final das épocas desportivas e nessa articulação que procuram saber quando é que as entidades terminam as épocas desportivas para fazer as homenagens em conjunto a todos os atletas que participam nas diversas modalidades. Já o fizeram no âmbito do futebol, que foram as que já terminaram, do atletismo, a do Clube de Tiro já colocaram essa questão, estando a aguardar o final das épocas desportivas.
86. Não tendo havido mais assuntos a tratar, foi lida, votada e **aprovada**, por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo a **Presidente da Assembleia Municipal** dado

por encerrada a sessão quando eram 21 horas e 59 minutos do dia 30 de junho de 2025.

A Presidente da Assembleia



O 1.ª Secretário da Assembleia



Marisa Isabel de Sousa Trigueira

Anexos

RECOMENDAÇÃO

LIMPEZA DOS TERRENOS

A limpeza dos terrenos é uma medida obrigatória implementada pelo Governo destinada a prevenir incêndios, promover a segurança de pessoas e bens e proteger o meio ambiente.

É da responsabilidade dos respetivos proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que detenham terrenos a sua limpeza, até ao prazo determinado pelo Governo, o qual já terminou no passado dia 15 de junho de 2025.

A limpeza dos terrenos é mais do que apenas cumprir a lei, trata-se de proteger vidas, propriedades e o património natural do nosso país.

Com a chegada do verão e o aumento das temperaturas, como se tem verificado nos últimos dias, o risco de incêndio torna-se ainda mais elevado, tornando imperativa a adoção de medidas preventivas e eficazes.

Caso os proprietários não limpem os terrenos e matas circundantes, as Câmaras Municipais devem notificá-los e informá-los dos procedimentos que se seguem, tal como o determinado no Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual.

Assim, face ao exposto e por termos constatado que ainda subsistem terrenos que não foram objeto da devida intervenção preventiva, a bancada do PSD/CDS propõe à Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida no dia 30 de junho de 2025, no salão da Junta de Freguesia de Landeira, deliberar recomendar à Câmara Municipal de Vendas Novas que diligencie no sentido de:

1. Reforçar as ações de informação para a limpeza de terrenos, tanto para alertar os proprietários sobre a obrigatoriedade da limpeza, como para divulgar os procedimentos e prazos a cumprir;
2. Promover a limpeza dos terrenos de que é proprietária;
3. Caso se mantenham situações de incumprimento reforçar as ações de fiscalização para o efetivo cumprimento do disposto no referido Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro.

Landeira, 30 de junho de 2025

Pela Bancada do PSD/CDS na Assembleia Municipal de Vendas Novas



Moção

Pela extensão do prazo de execução das operações financiadas do PRR

O PRR constitui, pela sua dimensão financeira, uma importante fonte de financiamento europeu para operações de investimento público dos Estados Membros, nomeadamente, de investimento promovido pelos municípios em áreas de relevante interesse para as respetivas populações e territórios.

De acordo com informação conhecida os municípios já submeteram milhares de candidaturas no âmbito de concursos do PRR, contemplando milhões de euros de investimento.

Em diversos municípios surgem relatos sinalizando preocupações com o risco de violação dos prazos para a concretização das operações PRR. Esses riscos são resultado, designadamente, de constrangimentos na capacidade produtiva da indústria da construção civil, abruptamente reduzida com a crise financeira internacional e ainda não recuperada, e, também, do impacto do aumento dos materiais e dos custos de construção, facto que tem levado a concursos vazios de propostas, arrastando o processo de contratação pública e, conseqüentemente, diminuindo o tempo disponível de execução no quadro dos limites temporais para a execução do PRR.

São conhecidos os relatos publicadas na imprensa que divulgam os substanciais atrasos na execução financeira de projetos PRR, a nível nacional, designadamente, na componente habitação (Público, 04.05.2025 e 25.03.2025).

Também ao nível da União Europeia, uma recente avaliação apresentada pelo Tribunal de Contas Europeu (Relatório Especial, TCE, nº 13-2024) constata a não utilização plena dos fundos disponíveis por razões ligadas à regulamentação dos Mecanismo de Recuperação e Resiliência bem como por dificuldades nacionais.

As evidências que se acumulam sugerem, pois, que a questão do prazo para a execução das operações PRR é um estrangulamento com que os Estados Membros e as respetivas autoridades locais, municípios, nomeadamente, estão seriamente confrontados. Um estrangulamento que coloca em sério risco a possibilidade de uma utilização incompleta ou ineficiente dos recursos inicialmente disponíveis por via do PRR.

Neste contexto, merece referência, a iniciativa tomada pelo deputado do Parlamento Europeu, João Oliveira, eleito pelo PCP, consubstanciada na apresentação de uma proposta de resolução do Parlamento Europeu sobre a “necessidade de extensão do período de execução do Mecanismo de Recuperação e Resiliência”, apontando, designadamente, para uma extensão do prazo de execução dos programas nacionais para 31 de agosto de 2028.

Atendendo a tudo o que acima foi exposto, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 30 de Junho, propõe:

1. Requerer ao Governo que desencadeie, no seio do Conselho Europeu, uma iniciativa com vista à defesa do alargamento do prazo de execução do PRR, por forma a garantir melhores condições para um aproveitamento eficaz dos recursos financeiros disponíveis.
2. Solicitar ao Governo o desenvolvimento de esforços, nomeadamente ao nível da alocação de recursos, planeamento, gestão operacional e de execução, por forma a garantir o pleno aproveitamento dos fundos alocados até ao final do prazo de execução do PRR.

Vendas Novas, 30 de Junho de 2025

A bancada da CDU na Assembleia Municipal de Vendas Novas

Em caso de aprovação, esta moção deverá ser enviada à Presidência da República, Presidente da Assembleia da República e forças políticas aí representadas, Primeiro-ministro, órgãos de comunicação social locais, regionais, nacionais e multimédia, Boletim

